

Promotor de Justiça

A vida só tem um sentido, e o único sentido que a vida tem é quando investimos nossa vida na vida dos outros, ou quando encarnamos a luta dos outros como se ela fosse nossa, a luta do coletivo. Essa é a lida dos membros do Ministério Público: lutar pela Justiça Social.

[Página Inicial](#)

Olha a Hora

Ministério Público



O Ministério Público é uma instituição pública, mantida por custa de recursos públicos, e com a missão de garantir o bom funcionamento da sociedade, seguindo os princípios da honestidade, da democracia e, acima de tudo, da Justiça, no mais amplo sentido da palavra, figurando como verdadeiro instrumento de transformação social. Por tudo isso é que o promotor de justiça pode e deve ser visto como a voz da sociedade diante dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

[Ministério Público: Instituição do Estado](#)

Promotor de Justiça

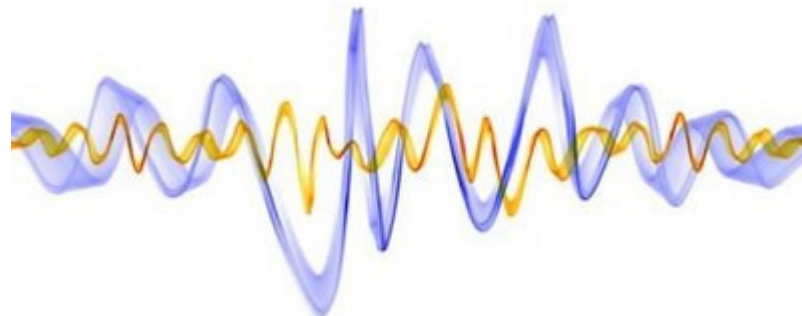
É o agente do Ministério

Fundação

Veja a [primeira postagem](#) deste blog.

21 DE MARÇO DE 2008

[Ministério Público e o Direito à Informação](#)



O Ministério Público de São Paulo, por suas lideranças, sempre se proclamou uma instituição democrática. Até 15 anos atrás, realizava eleições anuais para o Conselho Superior e, a cada dois anos, para a diretoria da Associação Paulista do Ministério Público, a APMP, e para a composição de seus órgãos de administração superior. A disputa não era freqüente e só surgiu regularmente a partir de 1990, para a APMP, para o Conselho Superior e, desde 1993, todos os promotores passaram a compor a lista tríplice para escolha do procurador-geral.

Como o procurador-geral sempre acumulou muitos poderes, a regra era a vitória de seu grupo em todas as eleições. Até a década de 80, quase sempre uma única chapa se apresentava. Com propriedade, o procurador Renan Teixeira da Cunha dizia que era a instituição autoritária que mais realizava eleições.

O grupo que detinha a hegemonia no MP paulista entrosou-se tão bem com o governo do estado que, na gestão de Orestes Quércia, chegou às Secretarias da Segurança Pública, com o procurador e ex-presidente da APMP Luiz Antonio Fleury Filho, e da Defesa do Consumidor, ocupada pelo ex-procurador geral Paulo Salvador Frontini. Mais adiante, Cláudio Ferraz de Alvarenga deixou a chefia da instituição para assumir a Casa Civil do governador. E Fleury chegou a chefia do Executivo nas eleições de 1990; vários membros da instituição foram

Público que se esmera na titânica luta em busca do bem comum, não dando tréguas àqueles que se desviam dos ditames constitucionais e legais, com os olhos sempre voltados à concretização da Justiça.

"(...) Isso mesmo. Nós somos defensores. Defensores da sociedade.

Somos promotores varando a noite num Tribunal do Júri para trancafiar um facinora ou para concluir pela absolvição de um possível inocente.

Batalhamos diariamente nas Varas Criminais, lutamos pelo meio ambiente sadio, pelas crianças e adolescentes abandonados e maltratados, pelos menos favorecidos, pela saúde pública, pelos direitos do consumidor, pelo exato cumprimento da lei e a aplicação correta e honesta do dinheiro público."

<http://blogdopromotor.zip.net/>

**Se ages contra a
Justiça e eu te deixar agir,
então a Injustiça é minha...**

Máximas de um Promotor de
Justiça

Notícias

Loading...

Memória do Blog

Junho (42)

Maio (41)

Abril (33)

Março (41)

Fevereiro (35)

Janeiro (41)

Dezembro (26)

Novembro (32)

Outubro (32)

Setembro (47)

Agosto (41)

Julho (42)

Junho (37)

Maio (52)

Abril (46)

comissionados no Poder Executivo e a imprensa passou a mencionar a "República dos Promotores".

Na época, a oposição sentia-se asfixiada pela dificuldade em se comunicar com a classe, e os insucessos eleitorais não lhe prenunciavam um futuro promissor.

Ante a inexistência de canais internos de veiculação de idéias, só restou à oposição recorrer à grande imprensa, para denunciar à classe e à sociedade a ligação estreita e, a seu ver prejudicial, entre a chefia da instituição e o Executivo estadual. Um grupo liderado pelos procuradores Antonio Augusto de Camargo Ferraz e Hugo Mazzilli rompeu com o grupo dominante na época. Marco Vinício Petrelluzzi e Luiz Antonio Marrey, primeiro e segundo coordenadores do Movimento do Ministério Público Democrático (ainda não se falava em presidente), Valderez Abbud, Hugo Mazzilli, entre outros, passaram a freqüentar a "Folha", o "Estado" e o "Jornal da Tarde", manifestando a discordância com os rumos da instituição, sobretudo por sua subordinação aos interesses do Executivo estadual.


Em 1993, o jovem MPD teve marcante presença, inclusive na imprensa, lutando contra dispositivos da lei orgânica estadual que consolidavam e ampliavam poderes do procurador-geral, e, na disputa para o Conselho Superior do Ministério Público, os vários grupos opositores se uniram. A oposição elegeu todos os conselheiros escolhidos pela classe, infligindo inédita derrota ao procurador-geral. E o mote da campanha de Hugo Mazzilli foi a inexistência de canais internos de comunicação com os promotores. Entrevista de Mazzilli à publicação da APMP teve censura de trechos nos quais fazia críticas ao procurador-geral.

Em 1995, afinal, o então coordenador do MPD, Luiz Antonio Marrey, foi nomeado para a Procuradoria-Geral, não obstante derrotado na escolha interna pelo chefe da instituição, José Emanuel Burle Filho. Marrey integrava a lista tríplice, e a articulação no governo do estado comandada por Marco Vinício Petrelluzzi, assessor especial do governador, resultou na sua nomeação.

E o novo procurador-geral iniciou um tempo de contato constante com a sociedade via mídia. Em pouco tempo, restaurou a imagem da instituição, maculada anteriormente pela vinculação excessiva de sua chefia com o Poder Executivo do Estado. Além de marcar distância com o governador que o nomeara, dando mostra de independência, logrou dar conhecimento dos novos rumos da instituição à sociedade.

Certo que ainda há muito a caminhar para se revelar ao povo todas as mazelas da instituição, que evidentemente não está livre das imperfeições de toda obra humana e que não tem como fugir à contaminação dos muitos vícios que uma tradição autoritária plantou tão profundamente no país. Verdade, porém, que o percurso significativo já se cumpriu, e novos passos se esperam nessa direção. O Ministério Público se afirma o guardião da legalidade democrática, e a população tem todo o direito de estar informada, em especial de suas falhas e deficiências. E a trilha já percorrida dá razões para esperança.

Por Antonio Visconti, procurador de Justiça e membro do Movimento do Ministério Público Democrático, foi publicado originalmente na revista "Dialógico", editada pela entidade, na seção "Memória do MP" - <http://blogdofred.folha.blog.uol.com.br/>

Postado por Promotor de Justiça às 00:24 

0 comentários:

[Postar um comentário](#)

[Postagem mais recente](#)

[Início](#)

[Postagem mais antiga](#)